UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LARISSA INÁCIO AMANCIO

EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA:

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO PARA ALÉM DO APARELHO IDEOLÓGICO

CAMPINAS

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LARISSA INÁCIO AMANCIO

EDUCAÇÃO E IDEOLOGIA:

A ESCOLA COMO ESPAÇO DE TRANSFORMAÇÃO PARA ALÉM DO APARELHO IDEOLÓGICO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo.

CAMPINAS

2017

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): Não se aplica.

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Educação
Rosemary Passos - CRB 8/5751

Amancio, Larissa Inácio, 1994-
Am13e Educação e ideologia : a escola como espaço de transformação para além do aparelho ideológico / Larissa Inácio Amancio. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Sílvio Donizetti de Oliveira Gallo.
Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Ideologia. 3. Aparelho ideológico. 4. Transformação social. I. Gallo, Sílvio,1963-. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Licenciada
Data de entrega do trabalho definitivo: 14-12-2017

Em memória de Bruna Carolina, que em sua trajetória de luta, me encorajou a fazer da utopia uma prática cotidiana.

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo e empenho da imensidão de pessoas que me acompanharam durante essa trajetória. Nesse sentido, gostaria de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos e todas que, de alguma forma, seja ela direta ou indireta, contribuíram para a finalização dessa minha etapa formativa.

Agradeço primeiramente a Maria Sueli Inácio, minha mãe, e a minha vó Stelita, mulheres guerreiras, repletas de experiência de vida, que me ensinaram o que é resistência de verdade, e mesmo com pouco estudo, sempre me incentivaram e me deram forças para alcançar meus sonhos. Grata também a Gil, quem tanto me acolheu e me incentivou a trilhar esse caminho.

Agradeço de coração ao meu querido orientador prof. Dr. Sílvio Gallo, pela inspiração e todo amparo ao longo da realização desse trabalho em meio a tantas outras atribuições da vida acadêmica, e a profª. Drª. Carolina de Roig Catini pelo apoio como segunda leitora desse trabalho, assim como pela profundidade de sua postura política e intelectual que é tão necessária na conjuntura atual.

Agradeço à toda Equipe de professores da Faculdade de Educação que contribuíram para a construção de uma formação crítica.

À todas as professoras que permitiram e possibilitaram com que eu as acompanhasse enquanto estagiária, mostrando os desafios do trabalho pedagógico que, apesar das diversas dificuldades, é sobretudo, encantador.

Agradeço imensamente a amizade de Julia, Elisa, Monize, Isinha, Davi, Marcio Ota, Marlon, Rodrigo, Jessika, Bruna, e a todos companheiros e companheiras, que conheci durante esses quatro anos de graduação, com os quais pude vivenciar momentos importantíssimos de formação, de carinho e de resistência.

Aos amigos da *quebrada*, Mateuso, Letícia, Gustavo, Wellington, e tantas outras pessoas que permitiram com que eu não me afastasse da minha verdadeira essência.

Aos estudantes secundaristas de todo o país e, especialmente aos da Escola Estadual Prefeito Antônino Zanaga, em virtude das ocupações contra a reorganização escolar em novembro de 2015, pela autonomia na organização desse movimento que

trouxeram uma nova ressignificação para o espaço escolar, sendo ela o estopim para a construção do tema desse trabalho.

Agradeço às amizades e discussões construídas ao longo do 35° e 37° Encontro Nacional dos Estudantes de Pedagogia.

Às companheiras de curso e mães Daiane, Hosana e Lene, pela luta e resistência diária em razão da permanência estudantil que atenda também as demandas das mulheres mães na universidade.

Às veteranas da Faculdade de educação, especialmente a Karolina, Lunara, Cecília, Emily, Ana Liz, Marli e Gabi Nascimento, que através da militância pela educação me inspiraram e me motivaram para seguir em luta.

Ao Centro Acadêmico de Pedagogia, por todos os momentos de vivência e formação política fora do espaço da sala de aula.

Ao Ítalo Gimenes, pela dedicação em acompanhar esse trabalho nos mínimos detalhes, por todos esses anos de companheirismo e troca de conhecimentos, assim como por sua militância anticapitalista que tanto me inspira.

A todos os funcionários e funcionárias, sejam eles do serviço terceirizado ou efetivos, que fazem acontecer diariamente a universidade.

Por fim, a todos e todas que me acompanharam e compartilham comigo a ousadia e a sede de transformação social, dedico aqui meus sinceros agradecimentos.

Não existe imparcialidade. Todos são orientados por uma base ideológica. A questão é: sua base ideológica é inclusiva ou excludente?

Paulo Freire

RESUMO

AMANCIO, Larissa Inácio. Educação e Ideologia: A escola como espaço de transformação para além do aparelho ideológico. Trabalho de conclusão de curso. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, 2017.

Pautando-se no referencial althusseriano, que compreende a instituição escolar como Aparelho ideológico do Estado, uma vez que é apontada como um dos principais instrumentos de reprodução das relações de produção, bem como das relações de exploração capitalistas, o presente trabalho de conclusão de curso tem como ponto central analisar as contribuições da luta ideológica na escola, enquanto espaço privilegiado da luta de classes em razão das contradições sociais nela presente, além da maneira em que a educação crítica pode contribuir para a transformação social, no que tange a possibilidade de ações contra-hegemônicas diante da conjuntura atual, na qual ocorre um avanço do ideário conservador.

Palavras-chave: Educação, Ideologia, Aparelho Ideológico, Escola, Transformação Social

ABSTRACT

AMANCIO, Larissa Inácio. Education and ideology: the school as a space of transformation beyond the ideological apparatus. Term Paper. University of Education, Campinas State University, 2017.

Based on the althusserian referential, which includes the school institution as an ideological apparatus of the State, since it is pointed out as one of the main instruments of reproduction of relations of production, as well as of capitalist relations of exploitation, the present term paper has a central point to analyze the contributions of the ideological struggle in the school as a privileged space of the class struggle due to the social contradictions present in it, besides the way in which critical education can contribute to the social transformation, regarding the possibility of counter-hegemonic actions faced the current conjuncture, in which an advance of the conservative ideology occurs.

Keywords: Education, Ideology, Ideological Apparatus, School, Social transformation.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....1

CAPÍTULO I
IDEOLOGIA E ESTADO: A ESCOLA ENQUANTO APARELHO IDEOLÓGICO.....4

CAPÍTULO II
CONTRADIÇÃO E POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR.....10

CAPÍTULO III
O SUCATEAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DAS AÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS.....16

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....21

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....24

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre as funções que a escola assume na sociedade, no que tange seu contexto econômico, político, social e ideológico. Partindo de uma análise mais ampla e estrutural com base no referencial althusseriano, que compreende a instituição escolar como um dos principais instrumentos de reprodução das relações de produção, o presente ensaio pretende destacar as contribuições que seus escritos trazem ao tema em direção à superação radical desse reprodutivismo, de modo a analisar como este se permeia permanentemente relações sociais através dos aparelhos ideológicos do Estado, apontando o enfoque a respeito do trabalho ideológico do professor para a transformação social.

Na perspectiva de autores como Louis Althusser, Bourdieu e Passeron, ainda que com diferenças nada menores, a escola apresenta-se como o principal aparelho ideológico do Estado capitalista nas formações sociais modernas, posto que é através dela que se formam as forças produtivas para o mercado de trabalho e que, por sua vez, é capaz de manter e assegurar as relações de produção postuladas pelo sistema. Contudo, a instituição escolar não se isenta da luta de classes, como também é sustentada e sofre mudanças com base nesta.

Um dos pilares que sustentam o estudo de Althusser se pauta na permanência da sociedade e do Estado capitalista por meio da reprodução de seus componentes econômicos, através da força de trabalho e dos meios de produção, como também da reprodução dos componentes ideológicos. Para ele, "toda formação social é resultado de um modo de produção dominante" (ALTHUSSER, 1985, p.54), de modo que a sociedade capitalista não se sustentaria sem os mecanismos e instituições que agem direta e indiretamente sobre o sujeito mediante a coerção dos Aparelhos Repressivos de Estado, ou pela persuasão dos Aparelhos Ideológicos de Estado, no qual a escola está inserida e se constitui como uma ferramenta central de disseminação da ideologia, justamente pelo seu alcance e o longo tempo a ela direcionado. Logo, esses mecanismos seletivos são responsáveis pela condição de não contestação do "status quo" e conservação da estrutura social.

Desse modo, Althusser inseriu na sua chave analítica os modos através dos quais a classe dominante se reproduz, sobretudo, materialmente, seja por meio das ideias, seja por meio de suas estratégias de sobrevivência com base no seu domínio do poder estatal, tanto com base na repressão quanto na persuasão.

Antes de prosseguir com a discussão sobre o lugar que a escola ocupa ideologicamente na sociedade contemporânea, é preciso explanar qual o entendimento do autor no que tange ao conceito de ideologia. Althusser em suas teses afirma que "a Ideologia é uma *representação* da

relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTHUSSER, 1985, p. 85), ou seja, a Ideologia tem existência material. Aqui, diferente da concepção estabelecida por Marx – a qual Althusser interpreta como uma concepção de ideologia a-histórica – o autor considera que a ideologia em si possui uma estrutura intrinsecamente determinada pela luta de classes, que em seu funcionamento geral cabe a interpretação dos indivíduos como sujeitos como também concerne à submissão.

Nesse sentido, cabe à escola como aparelho ideológico do Estado favorecer os interesses tanto da ordem do Estado, quanto da classe dominante, conservando a estrutura de dominação de uma classe sobre a outra, através de um discurso ideológico que perpetua as relações de produção e a distribuição social e econômica de maneira desigual. Para Bourdieu e Passeron (1975), a dinâmica da reprodução social também está centrada no processo de reprodução cultural. Dessa maneira, é através da instituição escolar que é feita a reprodução da cultura dominante, sendo o sistema educacional, por meio da violência simbólica - que impõe arbitrariamente a cultura dominante - responsável pela reprodução mais ampla da sociedade no que concerne a reprodução da cultura dominante na própria estrutura das classes. Além disso, nessa perspectiva, à medida em que essa cultura agrega valores em termos sociais ela se constitui como capital cultural.

Pelo viés da pedagogia histórico-crítica, Saviani (2011) trabalha com a hipótese de que a escola é uma das instituições responsáveis pela construção da hegemonia cultural e ideológica da classe dominante burguesa sobre a classe explorada, o proletariado. Sob essa perspectiva "a neutralidade é impossível porque não existe conhecimento desinteressado" no sentido de que "o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e indiretamente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2011, p.7). Em uma sociedade marcada pela desigualdade social, em virtude da propriedade privada e dos meios de produção, a instituição escolar teria como objetivo formar e adestrar a força de trabalho, responsável pela produção da vida material nas fábricas. Todavia, a sociedade e o Estado capitalistas - como indicam os autores dessa perspectiva teórica - não são isentos de contradição social, o que abriria possibilidades de ações contra-hegemônicas que se sintetizariam no protagonismo do trabalho pedagógico e ideológico do professor.

Tendo em mente que a luta de classes dentro das instituições escolares é predominantemente uma luta ideológica - em seu sentido de manutenção de uma ideologia hegemônica das classes dominantes, como também de contestação consciente a essa imposição objetivando construir uma nova hegemonia - a escola, em sua função reprodutora das relações

de produção e de transmissão da cultura dominante, se constitui em um importante instrumento de construção e manutenção da hegemonia ideológica, todavia habilitada para o ensino de outras formas ideológicas que resistam à imposição da ideologia de Estado.

Não obstante, através da compreensão das contribuições dos autores trabalhados, esse ensaio busca analisar as contribuições da luta ideológica na escola enquanto espaço de luta de classes que pode contribuir para a transformação social, diante de um cenário da conjuntura política atual de rearranjo das forças conservadoras que pregam arbitrariamente a neutralidade da escola, e se organizará em seu primeiro capítulo trazendo o referencial althusseriano acerca da compreensão sobre ideologia e, a discussão da função social da escola enquanto aparelho ideológico de Estado. Dando seguimento no segundo capítulo, que se destinará a compor uma fundamentação teórica que sustenta a Escola como espaço privilegiado da luta de classes, sobretudo de disputa ideológica, trazendo as contribuições de autores como Saviani e Newton Duarte, que objetivam possibilidades para ações contra-hegemônicas as quais se sintetizariam no protagonismo do trabalho pedagógico e ideológico do professor. Por fim, o terceiro capítulo se apresentará com o intuito de abordar a importância das ações contra-hegemônicas na educação, trazendo a escola enquanto espaço de disputa de classes e ideológica, à maneira que isso pode contribuir para a transformação social diante do cenário político atual, no qual ocorre um avanço do ideário conservador.

CAPÍTULO I
IDEOLOGIA E ESTADO: A ESCOLA ENQUANTO APARELHO IDEOLÓGICO

A discussão em torno do conceito de ideologia atualmente se constitui em uma condição indispensável para a análise e compreensão dos fenômenos educacionais. Diante da perspectiva marxista, a ideologia tem como objetivo principal impor os interesses da classe dominante com o intuito de legitimar involuntariamente a divisão social e manter a dominação da sociedade. Para o marxismo, o pensamento não pode ser considerado como autônomo ou independente no que concerne as condições objetivas de sua produção, pois a consciência está intrinsicamente ligada às condições materiais de produção da existência. Nesse sentido, para Marx, a noção de ideologia é apresentada como um falseamento da realidade que mascara a dominação social e econômica, de modo que a alienação da consciência é decorrente da alienação econômica promovida desde o processo de divisão e alienação do trabalho, ou seja, desvinculando a atividade da consciência das suas condições históricas e reais de produção.

No que tange ao conceito de ideologia o filósofo Louis Althusser, em suas teses, afirma que "a Ideologia é uma *representação* da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência" (ALTHUSSER,1985, p.85), ou seja, para ele, a Ideologia tem existência material porque é reproduzida pelos indivíduos em seu conjunto de atos e práticas cotidianas, sendo a mesma capaz de interpelar os sujeitos. Além disso, em sua concepção, as ideologias podem se transformar ao longo da história devido a cada uma delas possuir uma história própria. Aqui, diferente da concepção estabelecida por Marx, segundo a leitura althusseriana[1], que resulta em uma conotação negativa sobre o entendimento de tal conceito como uma ideologia que "não tem história", considerando assim que a ideologia em si possui uma estrutura intrinsecamente determinada pela luta de classes e que em seu funcionamento geral cabe a interpretação dos indivíduos como sujeitos, assim como também concerne à submissão.

Nessa direção, frente à necessidade de se formular uma teoria da "ideologia em geral" que estabelecesse uma compreensão no que tange a instituição escolar como aparelho ideológico do Estado enquanto um espaço privilegiado da luta de classes, Althusser discorre cuidadosamente acerca de três teses que têm como objetivo possibilitar esclarecimentos de

[1] Aqui não está dado o objetivo de desenvolver as leituras do conceito marxiano de ideologia. Em leituras como o "18 Brumário de Luis Bonaparte" ou da própria "Ideologia Alemã" é possível extrair de Marx uma historicidade inerente à essa categoria. Neste trabalho, porém, a apreensão do conceito será apresentada tal como Althusser estabelece a partir sua leitura de Marx.

alguns fatores do funcionamento da Superestrutura, bem como, sua forma de intervenção na Infraestrutura.

Deste modo, a primeira tese afirma que "A ideologia é uma *representação* da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência", (ALTHUSSER, 1985, p. 85), colocando a ideologia como representação das relações de produção, uma vez que os indivíduos fazem dela não só uma representação do mundo, mas sobretudo, a representação da relação com o mundo através das relações reais de produção que vivenciam.

Na segunda tese, Althusser trabalha a ideia de que, "A Ideologia tem uma existência material" (ALTHUSSER, 1985, p. 88), defendendo a materialidade da ideologia, de modo que a ideologia não representa somente um sistema de ideias que atuam somente na imaginação, na compreensão da realidade ou na representação do mundo, possuindo em si uma existência material que são reproduzidas pelos indivíduos em seu conjunto de atos e práticas cotidianas.

A terceira e última tese vem apresentar que "A Ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos" (ALTHUSSER, 1985, p. 93). Abordando a ideia de que a ideologia transforma os indivíduos em sujeitos, sendo o indivíduo interpelado como sujeito devido à medida em que ele aceita a sujeição ideológica da classe dominante presente nos aparelhos ideológicos de Estado de maneira naturalizada.

Com referência a essas três teses, se fundamenta pensar a ideologia enquanto materializada no aparelho ideológico, haja vista que no interior do Aparelho ideológico de Estado escolar, que é também espaço de contradições sociais, os seguimentos dominados podem reverter a correlação de forças presentes na sociedade através da luta de classes e da disputa ideológica, posto que, "a ideologia e, portanto, os aparelhos ideológicos de Estado nos quais ela existe, *colocam em cena* classes sociais: a classe dominante e a classe dominada."(ALTHUSSER, 2008, p. 180).

Os estudos de Althusser se fundamentam principalmente na permanência da sociedade e do Estado capitalista através da reprodução de seus componentes econômicos, tanto por meio da força de trabalho e dos meios de produção, como também pela reprodução dos componentes ideológicos. Para ele, "Nenhuma classe pode duravelmente deter o poder do Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos Aparelhos Ideológicos do Estado" (ALTHUSSER, 1985, p. 49), de modo que "toda formação social é resultado de um modo de produção dominante" (ALTHUSSER, 1985, p.54), haja vista que a sociedade capitalista e o

sistema de dominação de uma classe sobre a outra, não se sustentariam sem os mecanismos e instituições que agem direta e indiretamente sobre o sujeito.

Desta forma, a teoria althusseriana defende que "o sistema que garante a reprodução é o sistema dos aparelhos de Estado: aparelho repressor e aparelhos ideológicos" (ALTHUSSER, 2008, p.22), que são estabelecidos mediante a coerção dos Aparelhos Repressivos de Estado, ou pela persuasão dos Aparelhos Ideológicos de Estado, no qual a escola está inserida e se estabelece como peça fundamental na ferramenta central da disseminação ideológica devido ao alcance diante do tempo que a ela é dirigido. Logo, os processos de produção e reprodução social do conhecimento estão intrinsecamente ligados aos processos de produção e reprodução do modo de produção que cada momento ou período simboliza nas suas condições históricas, a maneira que esses mecanismos seletivos garantem a condição da não contestação do "status quo" e consequentemente a conservação da estrutura social.

> [...] esses aparelhos e suas práticas têm como objeto e objetivo os indivíduos que ocupam os postos da divisão social-técnica do trabalho na produção e reprodução, e portanto, a ideologia existe por meio dos aparelhos ideológicos e de suas práticas nas próprias práticas desses indivíduos. (ALTHUSSER, 2008, p.179).

Assim, para o autor, as relações de exploração capitalista se representam também nas formas técnicas da produção capitalista, de modo que, "a divisão social é na realidade da divisão 'técnica' do trabalho: produção, exploração e luta de classe na produção" (ALTHUSSER, 2008, p.57).

Desse modo, a chave analítica dos estudos de Althusser se expressa na maneira como a classe dominante se reproduz, sobretudo, materialmente, seja por meio das ideias, seja através do domínio do poder estatal, embasados tanto na repressão quanto na persuasão.

Para Althusser, o aparelho ideológico escolar, assim como os outros Aparelhos ideológicos de Estado, são instrumentos de reprodução da ideologia de Estado, que se estabelece como ideologia dominante à maneira que presumem a existência de ideologias subordinadas, de modo que é possível compreender que no interior da instituição escolar desempenha efetivamente o papel dominante, acentuando também seu papel como selecionadora dos sujeitos aos postos de trabalho a partir do número de anos de frequência escolar, bem como a servidão para ocupar determinados postos na produção, assim como, enquanto AIE, a escola pode corresponder à um espaço privilegiado para manifestação da luta de classes vigente na sociedade.

De acordo com a perspectiva dos autores Bourdieu e Passeron (1975), a escola se constitui como o principal aparelho ideológico do Estado capitalista nas formações sociais modernas, devido a sua capacidade de formar as forças produtivas para o mercado de trabalho que asseguram as relações de produção postuladas pelo sistema capitalista. Segundo Althusser:

> "É no processo de produção do próprio modo de produção que se estabelecem as relações de classe e a luta de classes associadas a exploração. Essa luta de classes opõe a luta de classe proletária à luta de classe capitalista: trata-se de uma luta de classe *econômica*, mas ao mesmo tempo, uma luta de classe *ideológica*, portanto, uma luta de classe que, consciente ou não, tem *um alcance político*." (ALTHUSSER, 2008, p.68).

De modo que, a instituição escolar não se isenta da luta de classes, como também é sustentada e sofre mudanças com base nesta, à maneira que é no processo de produção que se estabelecem as relações de classe e a luta de classes tanto econômica como ideológica, bem como a importância do seu alcance político.

Por sua vez, Bourdieu e Passeron (1975), ao analisar a trajetória escolar dos estudantes franceses concluem que "o sistema contribui de maneira insubstituível para perpetuar as estruturas das relações de classe e ao mesmo tempo legitimá-las" (1975, p.56). Ou seja, é por meio da instituição escolar que é feita a reprodução social e cultural, sendo o sistema educacional, através da violência simbólica capaz de impor arbitrariamente a cultura dominante, haja vista que:

> "Todo poder de violência simbólica, isto é todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força, acrescenta sua própria força, isto é, propriamente simbólica, a essas relações de força" (BOURDIEU;PASSERON, 1975, p. 19).

Além disso, nessa perspectiva, à medida em que essa cultura agrega valores em termos sociais ela se constitui como capital cultural, portanto, a educação enquanto ação pedagógica se dá pela imposição do arbitrário cultural de uma classe sobre a outra.

Nesse mesmo contexto, também pode ser identificado por Christian Baudelot e Roger Establet (1978), o discurso da relação entre o sistema escolar e a sociedade francesa como um meio de reafirmação do modo de produção capitalista que prescinde da base real do funcionamento do aparelho escolar, bem como da reprodução das relações sociais de produção, de modo que a divisão social escola favorece materialmente para a divisão de classes:

> Esta base é a divisão da sociedade em duas classes antagônicas e a dominação da burguesia sobre o proletariado. A democracia escolar, a unidade da escola, a escola

> única, não são sonhos, nem ilusões, nem mistificações, nem projetos em curso de realização: são realidades inscritas nas funções e no funcionamento mesmo da escola. A escola, desse ponto de vista da burguesia, já é democrática: mas esta democracia não tem outro conteúdo, em uma sociedade capitalista, que a relação de divisão entre duas classes antagônicas e a dominação dessas classes sobre outras" (BAUDELOT; ESTABLET, 1978, p. 20).

Com diferenças relativamente menores, as contribuições de Louis Althusser sobre a escola como aparelho ideológico do Estado, juntamente com Establet e Baudelot (1978), Bourdieu e Passeron (1975), foram essenciais para as análises sobre a função social da educação escolar, no que tange a seu papel político e ideológico na sociedade, pautando a função ideológica da educação na reprodução das relações sociais. De fato, as teorias formuladas por esses autores provocaram grandes impactos na compreensão da reprodução das classes sociais, tanto pelas condições materiais das relações escolares, quanto pela maneira de como a ideologia dominante determina o currículo e o funcionamento da escola dentro do sistema capitalista.

Para Gramsci, a educação também tem um papel importante no que se refere à configuração, disseminação e reprodução da ideologia dominante, consequentemente na consolidação do consenso social e manutenção da estrutura social de dominação, servindo como um importante instrumento do grupo social dominante para o exercício de sua hegemonia, uma vez que desempenha sua função de direção aos demais grupos sociais, sendo a instituição escolar responsável por agir conjuntamente com os demais aparelhos de hegemonia da sociedade civil, à medida em que a ideologia pode ser considerada como cimento da coesão social.

Nesse sentido, Gramsci (1968) chama de *intelectuais* os elementos que servem como mediadores do grupo dominante para o exercício destas funções de hegemonia e de comando, assim como os qualifica de *comissários* do grupo dominante. Porém, para ele a escola, sobretudo, é "o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis" (GRAMSCI, 1968, p. 10), evidenciando também a influência da luta de classes

Os anarquistas, muito antes do século XX, já faziam a análise crítica da educação fornecida pela sociedade capitalista, denunciando os interesses do Estado e se contrapondo a forma de organização escolar, na qual a função da educação é produzir o homem segundo os interesses sociais. Tendo como ponto comum a *formação de homens livres*, o princípio da educação anarquista vai totalmente contra a "educação servil" que mantem a supremacia das classes dominantes, de modo que "não se pode esperar, portanto, que uma sociedade possa fornecer uma educação que forme homens venha mais tarde a questiona-la, e até mesmo destruí-la, minando suas bases político-econômico-sociais" (GALLO, 1995, p. 49).

De modo geral, é possível observar que o marxismo trouxe contribuições essenciais na construção do conceito da ideologia; Marx por sua vez, fez as primeiras aproximações com o fenômeno da reprodução, ideias nas quais Gramsci aprofunda em uma diretriz eminentemente política, que, mais tarde é ampliada por Althusser que, ao tentar estruturar, traz uma questão importante que é a relação da ideologia no processo de constituição dos sujeitos.

Não obstante, retomar o referencial althusseriano, ainda que no campo crítico-reprodutivista, abre caminhos para destacar a ideologia não só a serviço da conservação social, mas também, como um dos instrumentos responsáveis para a transformação radical da sociedade, haja vista sua potencialidade de refletir as contradições do meio social, bem como a luta ideológica e de classes. Além da importância de refletir através de seus estudos sobre a falsa neutralidade da escola, que segundo ele "se trata de uma das formas essenciais da ideologia burguesa dominante: uma ideologia que representa a Escola como neutra, desprovida de ideologia" (ALTHUSSER, 2008, p. 169). De modo que quando um projeto se diz neutro, sobretudo ele está sendo conivente com o projeto de sociedade capitalista, haja vista, é possível perceber que atualmente a educação vive uma inversão de valores, na qual a classe dominante enquanto classe que detém o poder do Estado utiliza-se dos Aparelhos, sejam os Ideológicos ou os Repressivos, para assegurar o "status quo" e a conservação da estrutura social.

CAPÍTULO II
CONTRADIÇÃO E POTENCIAL DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL NO ESPAÇO ESCOLAR

A educação brasileira sempre esteve ideologicamente ligada aos "interesses particulares da classe dominantes, servindo assim, como força reprodutiva da organização social vigente em cada momento" (SEVERINO, 1986, p.62). Para Saviani, o percurso da educação desde suas origens mais remotas também se refere ao modo de produção, à medida que, "as mudanças nas formas de produção da existência humana foram gerando historicamente novas formas de educação, as quais por sua vez, exerceram influxo sobre o processo de transformação do modo de produção correspondente" (SAVIANI, 2011, p.2).

Nesse sentido, ao fazer um recorte da realidade histórico-educacional do Brasil, é possível destacar três principais momentos que evidenciam uma diferente configuração da política educacional do Estado à medida que a orientação ideológica vai se modificando. Um primeiro momento no qual a ideologia esteve contida na doutrina católica, nesse período que se refere de 1500 até cerca de 1889, a educação contava com uma profunda colaboração da Igreja, sendo os interesses da classe dominante representados pelo Estado ligados aos interesses da Igreja. No segundo momento, a partir de 1889, há um rompimento com a ideologia católica, no qual o Estado passa a implementar uma política educacional com base na ideologia liberal e laica. E um terceiro momento, iniciado por volta da década de 1960, na qual a ideologia burguesa resulta substancialmente da influência tecnocrática por meio do avanço da urbanização e industrialização, de modo que a educação passa a assumir uma identidade capitalista voltada para formação de mão de obra, que se estende até a atualidade.

Embora as mudanças e as reorganizações políticas e econômicas em todos esses períodos tenham determinado a organização histórica da educação brasileira, é no regime de poder do Estado após o golpe militar de 1964, que atribui à educação um caráter neoliberal puramente mercadológico, direcionado à produtividade, ao baixo custo da mão-de-obra com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, que se adequada às necessidades da manutenção da organização social e econômica vigente.

Ainda que as teorias trabalhadas no capítulo anterior, mesmo que com diferenças menores, nos permitam levar ao entendimento de que os processos educacionais estão intrinsicamente *vinculados aos processos de criação e transmissão da ideologia* (SEVERINO, 1986, p. 50), apresentando a condição da Escola como Aparelho Ideológico do Estado e trazendo a reflexão de que a ideologia é propagada também pelos meios institucionais para

garantir a coesão social e manutenção da estrutura orgânica da sociedade. Sendo a formação capitalista predominante na história da sociedade brasileira e a educação adequada as suas exigências, de modo que a função da escola dentro do sistema capitalista é a de sustentar a reprodução e a manutenção da dominação. Contudo, a educação brasileira através das suas lutas históricas por direitos, sobretudo vinda da mobilização das camadas populares e dos movimentos sociais, se configura como uma importante força contra-hegemônica possibilitando condições de desempenhar a função de transformação social para além do aparelho ideológico, em defesa dos direitos e interesses da classe trabalhadora.

Ou seja, mesmo que haja a predominância do caráter reprodutivo na educação brasileira, isso não extingue sua potencialidade transformadora. Devido ao fato de a sociedade e o Estado capitalistas não serem isentos do processo de contradições sociais, a educação escolar, enquanto processo social, está intrinsecamente ligada a essas contradições, de modo que a ideologia não pode ser separada desse processo, o que a faz também favorável aos interesses da classe trabalhadora, abrindo possibilidades de ações contra-hegemônicas que se sintetizariam no protagonismo do trabalho pedagógico crítico e ideológico do professor. Posto nas palavras de Severino (1986):

> "se é verdade que a educação integra o processo de dominação, é verdade também que pode integrar o processo de resistência a essa dominação e de sua superação, contribuindo significativamente para uma prática social que seja transformadora" (SEVERINO, 1986, p.95)

Dessa forma, uma direção possível é pensar a importância da ação educativa quando colocada em uma perspectiva crítica, estabelecendo um intenso trabalho de socialização do conhecimento, à medida que se produza direta e intencionalmente em cada estudante o domínio dos conhecimentos necessários para sua formação humana e social em sua plenitude, considerando as singularidades e subjetividades de cada indivíduo.

Os autores Newton Duarte e Dermeval Saviani (2012), sustentam a ideia de que Escola é sobretudo um espaço de luta de classes e, diferente do referencial crítico-reprodutivista althusseriano, no qual a escola dentro do modelo capitalista de produção é essencialmente reprodutivista, fadada à manutenção orgânica, social e ideológica da dominação burguesa. Diante disso, esses autores afirmam a concepção de que a escola, mesmo enquanto aparelho ideológico do Estado, também se faz um espaço privilegiado da luta de classe e disputa ideológica, sendo capaz de possibilitar ações contra-hegemônicas por meio de uma pedagogia histórico-crítica fundamentada na apropriação do conhecimento historicamente produzido,

apontando no rumo da construção de uma sociedade, na qual seja radicalmente superado o problema de divisão do saber. Não obstante, para esses autores:

> "O sistema escolar estrutura-se de forma fragmentada reproduzindo a divisão social do trabalho e a lógica de mercado. O acesso ao conhecimento dá-se de maneira profundamente desigual e seletiva. Tudo isso, entretanto, é camuflado pelo discurso de respeito às diferenças culturais, ao fetichismo da democratização do acesso ao conhecimento, espontaneamente asseguradas pelas tecnologias de informação e pela subordinação dos objetivos da educação escolar a uma lógica de permanente esforço do indivíduo para se adaptar as mudanças constantes das condições de vida e de trabalho, normalmente no sentido da precarização". (SAVIANI; DUARTE, 2012, p.3)

A Pedagogia, em sua forma crítica, compreende a escola como parte de um contexto social como um todo, capaz de alcançar a transformação da sociedade por meio da democracia. Desse modo, Saviani (2007), classifica as teorias da reprodução como uma tendência crítico-reprodutivista, não descartando a importância das contribuições, principalmente no que tange à denúncia de uma política educacional tecnicista e pragmática, que enfatiza a produção de indivíduos com a finalidade de servir às necessidades do setor econômico da sociedade capitalista. Logo, a função de uma teoria crítica, que não seja reprodutivista, é superar tanto o poder ilusório das teorias não críticas, quanto a impotência das teorias crítico-reprodutivistas, "[...] colocando nas mãos dos educadores uma arma de luta capaz de permitir-lhes o exercício de um poder real, ainda que limitado" (SAVIANI, 2007, p.25). Apontando ainda que:

> "[...] é próprio da consciência crítica, saber-se condicionada, determinada objetivamente, materialmente, ao passo que a consciência ingênua é aquela que não se sabe ser condicionada, mas ao contrário, acredita-se superior aos fatos, imaginando-se mesmo capaz de determina-los e alterá-los por si mesma." (SAVIANI, 2007, p.63)

No que tange a natureza e a especificidade da educação dentro do trabalho não-material ou *imaterial,* no qual se encontra o trabalho intelectual e educativo, uma das propostas da pedagogia histórico-crítica compete não só à assimilação dos saberes objetivos enquanto resultado, mas também à compreensão do processo da sua produção. Haja vista que:

> "A natureza humana não é dada ao homem mas é por ele produzida, [...] consequentemente o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida historicamente pelo conjunto dos homens" (SAVIANI, 2011, p.7)

Na sociedade capitalista, o princípio do processo educativo é fornecer condições para a inserção no mercado de trabalho, de modo que, ao formar a força de trabalho a educação deixa

de ser uma experiência para se tornar um produto, estabelecendo uma certa alienação do trabalho, uma vez que é exteriorizada toda a objetividade da produção.

Segundo o pensamento marxista, a transformação da força de trabalho em mercadoria foi o disparato principal nas mudanças das relações sociais, que, simultaneamente com a expropriação dos meios de produção dos trabalhadores e o aumento da capacidade produtiva, configuraram em um novo modo de viver e consequentemente de se educar na sociedade capitalista.

Não é sem razão, portanto, que nos sistemas educacionais a teoria se encontre frequentemente distanciada da prática, ao modo que essa organização objetiva é capaz de disciplinar o trabalhador para os processos de trabalho de interesses do capital. Nesse sentido, o trabalho educacional também é um produto da divisão social do trabalho e reproduz diretamente o modo de produção para o sistema capitalista, uma vez que, na medida em que crescem a necessidade de separação e especialização das tarefas, o trabalho educativo tem se dado de maneira cada vez mais fragmentada e massiva, o que vem implicando em uma constante alienação do trabalho docente. Em contrapartida, sobre esse mesmo princípio da separação de concepção e execução, Braverman (1987) elucida a ascensão da gerência científica, pautada pelos métodos tayloristas de organização do trabalho, no qual é nítido o objetivo não só de controle sobre o processo produtivo, mas sobretudo a expropriação do caráter intelectual do trabalho do trabalhador.

> "Essa desumanização do processo de trabalho, na qual os trabalhadores ficam reduzidos quase que ao nível do trabalho em sua forma animal, enquanto isento de propósito e não pensável no caso de trabalho auto-organizado e auto-motivado de uma comunidade de produtores, torna-se aguda para a administração do trabalho comprado. Porque, se a execução dos trabalhadores é orientada por sua própria concepção não é possível impor-lhes a eficiência metodológica ou o ritmo do trabalho desejado pelo capital". (BRAVERMAN, 1987, p. 104)

No entanto, é ilusório pensar que a educação escolar, ainda que em sua forma crítica, seria capaz de sozinha provocar uma transformação do sistema capitalista, contudo, isso não deixa de fazê-la um importante instrumento capaz de contribuir na formação de indivíduos esclarecidos que possam objetivar um processo de transformação radical da sociedade. A educação por si só não pode atingir a transformação, é preciso que a mudança ocorra a partir de todos os setores, é preciso transformar as estruturas, as formas de produção, as relações de trabalho, e é nesses aspectos que a educação crítica e ideológica pode contribuir para a construção de uma consciência contra-hegemônica.

O trabalho pedagógico do professor, enquanto ser social capaz de transformar a realidade através da associação entre teoria e prática, deve ter como princípio a organização educativa contra-hegemônica articulada ao movimento revolucionário de superação do sistema capitalista. Para tal objetivo, a construção da identidade do professor deve ser um intenso processo de ressignificação no qual o sujeito se constitua socialmente, politicamente, culturalmente e historicamente. De acordo com Severino (1986) o curso de formação de educadores deve assumir o seguinte compromisso:

> "dar sólida formação política, mediante adequada conscientização crítica dos aspectos políticos, econômicos e sociais da realidade histórica em que se desenvolvem os processos educacionais nos quais atuará o futuro educador. A formação de educador deve levá-lo a discutir o significado da educação no contexto da vida social concreta, uma vez que ela, a educação é fruto e deveria ser agente dessa vida social e política. Todo projeto educacional será necessariamente um projeto político e não há como evita-lo. A educação como qualquer outra atividade humana, não é um processo neutro". (SEVERINO, 1986, p. XIV)

Portanto, a formação de professores não deve se dar de maneira alienada, sendo necessário o exercício constante da reflexão crítica e da consciência de classe, longe de qualquer fragmentação do processo formativo.

No que tange às contradições sociais presentes na instituição escolar que fazem dela um espaço privilegiado da luta de classes e ideológica, concerne também à classe oprimida estabelecer sua própria hegemonia contra a hegemonia dominante. Nesse sentido, é pontuada por Gramsci (1968), a necessidade da classe oprimida criar seus próprios intelectuais orgânicos, em virtude de uma contra-cultura que assegure a possibilidade de transformação social, uma vez que esse conceito de hegemonia está relacionado ao conjunto das funções e de domínio, da direção intelectual e moral, exercido por uma classe sobre a outra, dentro das contradições sociais de um determinado período histórico.

Para Saviani e Duarte (2012), a sociedade capitalista vem sofrendo uma profunda crise que corresponde não só à produção, seja ela material ou não-material da condição econômica e social, mas também devido a sua apropriação nas diferentes classes sociais. Nesse sentido, a educação pode ser compreendida fundamentalmente como um campo estratégico na luta anticapitalista. Uma vez que "a luta pela socialização do conhecimento é portanto, um componente imprescindível da luta contra o capital" (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 154)

A transformação radical da sociedade não se solidificará sem o domínio consciente das contradições da condição social existente, é preciso a apropriação coletiva das ferramentas intelectuais altamente desenvolvidas e a formação de novas atitudes. A pedagogia histórico-

crítica defende que a participação do trabalho educativo escolar no processo de superação da sociedade burguesa se dará por meio da luta permanente pela efetivação das máximas possibilidades de socialização dos conteúdos científicos, artísticos e filosóficos historicamente produzidos pela humanidade, ao modo que o domínio do conhecimento é um dos elementos que a classe dominante emprega para neutralizar as ações potencialmente revolucionárias, por isso nessa perspectiva é essencial tal apropriação.

Por isso, se faz importante o exercício de uma educação crítica, que em sua essência seja capaz de se contrapor ao discurso pragmático da ideologia dominante, de modo que seja possibilitada a construção de um pensamento contra-ideológico no que tange à legislação e toda a realidade educacional, para que assim, a escola enquanto lugar privilegiado pelo conflito de interesses, possa se estabelecer como um espaço de transformação

Todavia, a educação escolar não é livre das determinações do sistema capitalista, e o Estado, por sua vez, com o avanço do ideário conservador, bem como a hegemonia neoliberal nas últimas décadas, tem feito da educação escolar, cada vez mais individualizada e firmada na meritocracia, sendo capaz de intensificar o estabelecimento de processos segregativos e reprodução das desigualdades sociais. Princípios esses, que não são estranhos à sociedade capitalista brasileira, que vem investindo progressivamente em projetos e reformas educacionais que visam tirar a autonomia do professor, com a falsa premissa de neutralidade, hegemonizando discursos e práticas que certamente não envolvem a transformação da sociedade.

CAPÍTULO III
O SUCATEAMENTO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA E OS DESAFIOS DAS AÇÕES CONTRA-HEGEMÔNICAS

Diante do cenário político em que ocorre um avanço do ideário conservador, a atual conjuntura de ataques e o desmonte das políticas públicas sociais e educacionais, tem colocado importantes desafios às educadoras e educadores que tencionam uma transformação social.

O contexto de crise estrutural da educação brasileira se faz reflexo da degeneração da capacidade produtiva do capital, na qual o Estado atua com medidas contratuantes da crise capitalista, medidas que conduzem à privatizações dos bens e serviços públicos, bem como a gestão por instituições privadas de empresas e direitos sociais, a flexibilização e terceirização dos trabalhadores, além do cerceamento do conhecimento e todas as possibilidades de expropriações da classe oprimida, à medida em que o Estado se coloca do lado de grandes monopólios capitalistas, menosprezando a ascensão da classe trabalhadora por meio dos direitos sociais. Todavia, essa crise de acumulação do capital afeta diretamente a educação no que tange especialmente o delineamento da formação escolar, tendo em vista que a educação se caracteriza pela formação de mão de obra e por ser também uma das instâncias da sociedade na qual a se concretiza a "reprodução das relações de produção, isto é, *das relações de exploração capitalistas*" (ALTHUSSER, 2008, p. 167), e consequentemente a manutenção ideológica da estrutura social.

A formação docente também passa a ser objeto de retrocessos à medida que ela contribui para a produção capitalista. O Conselho Estadual de Educação de São Paulo, por meio da deliberação CEE 154/2017, alterou significativamente os componentes do currículo de formação de professores nas Universidades Estaduais. Deste modo, as mudanças materiais impulsionadas pelas reformas curriculares visam um intenso controle da prática pedagógica e o controle da autonomia do trabalho dos professores. Todavia, diante dessa conjuntura, pensando na escola como principal campo de contradições e disputa ideológica no qual "se trava a luta entre aqueles que defendem a socialização do conhecimento e aqueles que são contra a sua socialização" (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 108), essas medidas já se faziam um tanto previsíveis, pois partem da lógica de reprodução da sociedade capitalista.

Além disso, está posto por essa reforma curricular uma expressiva quantidade de horas voltadas à revisão dos conteúdos ministrados no ensino básico, em detrimento da base científica crítica e cultural, remetendo a um trabalho educativo cada vez mais tecnicista, o que evidencia dentro dessa disputa ideológica que "a classe burguesa e seus intelectuais têm lutado

incansavelmente para que a escola não socialize o conhecimento sistematizado" (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 108). Em tese, essa Reforma Curricular amplia para a formação dos professores a lógica reprodutivista da escola como aparelho ideológico do Estado e que podem ser ainda mais aprofundadas através da reforma dos conteúdos do Ensino Médio e da BNCC – Base Nacional Curricular Comum, em tramitação até o momento, cujo intuito é excluir da formação e do currículo aspectos do conhecimento crítico, científico e cultural, os quais possibilitariam o questionamento e a desnaturalização das condições sociais, haja vista que essa precarização dos processos educacionais, na qual o trabalho docente se volta apenas para a transmissão do que é exigido, tanto pelo Estado como pelo mercado, reduz a experiência educativa a um trabalho alienado.

A proposta de uma Base Nacional Comum Curricular é parte da disputa pelo conjunto das políticas educacionais do país, assim como o contexto de avanço dos reformadores empresariais em articulação com ideário conservador.

Partindo da compreensão da instituição escolar como um dos principais instrumentos de reprodução das relações de produção, nesses momentos de ameaça aos direitos de acesso a uma educação pública, democrática, laica e de qualidade, Carmen Teresa Gabriel (2015) abre caminho para a discussão sobre a articulação entre docência, demanda e conhecimento escolar em tempos de crise:

> "Em tempos de ameaça ao projeto de construção de uma escola democrática, de acirramento de práticas curriculares neoconservadoras e preconceituosas, de enfraquecimento do espaço público, de políticas de formação docente e de hegemonização de modelos de avaliação pautados em lógicas individualistas e mercadológicas torna-se urgente retomarmos nos debates teóricos a questão da participação e da formação política do docente em meio às políticas educacionais que afetam direta e/ou indiretamente essa categoria profissional." (GABRIEL, 2015, p.426).

A autora chama a atenção para a importância da participação e da formação política de educadoras e educadores em meio a ascensão de projetos educacionais que restringem a autonomia docente e sucateiam a educação pública.

Outro ponto preocupante atualmente é o Projeto Escola Sem Partido em suas recentes aprovações graduais em diversos municípios, que vem anunciando a necessidade de um ensino supostamente neutro, sobretudo contra o debate de gênero, e outras culturas dentro do espaço escolar por meio da tutela do comportamento docente em sala de aula. Esse debate organizado e a atuação na sociedade pelo Movimento Escola Sem Partido trazem sérias consequências para

o trabalho profissional docente em sala de aula, principalmente perante a atual situação de rearranjo das forças conservadoras no país.

O Movimento Escola Sem Partido, criado em 2004, parte de um discurso de estar preocupado com um suposto "grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras"[2]. É um movimento de iniciativa de pessoas que se identificam como pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais, cuja iniciativa deu origem ao texto de projeto de lei "contra o abuso da liberdade de ensinar"[3], mais conhecido por projeto Escola sem Partido. Enquanto o projeto federal de Lei do Senado nº 193, de 2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES), que dispõe sobre a inclusão do Programa Escola Sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional[4], permanece arquivado, o movimento organiza através de sua página e das redes sociais[5] uma ofensiva de vigilância aos professores através do uso de ameaças, cujos possíveis efeitos consistem em uma pressão desfavorável ao protagonismo do trabalho docente.

Embora a ideologia burguesa dominante afirme a representação da "Escola como neutra, desprovida de ideologia" (ALTHUSSER, 2008, p. 169), em uma sociedade cuja dinâmica estrutural pauta-se na divisão de classes, essa neutralidade tem por objetivo não questionar os interesses e valores da classe dominante, prevalecendo então a ideologia burguesa de ensino que asseguram a dominação e a manutenção do sistema econômico.

Os defensores do projeto Escola sem Partido advogam a neutralidade e se dizem não partidários. No entanto, é de inegável importância reconhecer suas verdadeiras intenções, que evidenciam um retrocesso em relação a diversidade e a liberdade de expressão, além do sucateamento massivo do ensino público, almejado por interesses privados pautados nessa ótica estritamente comercial, que vem tratando o conhecimento como mercadoria.

A recente intensificação do Movimento Escola Sem Partido, criticamente denominado "Lei da Mordaça", vem como resposta ao que foi a luta dos secundaristas que se uniram barrando em primeiro momento a reorganização das escolas e reivindicando melhores condições de acesso e abrindo espaço para um questionamento mais profundo acerca do projeto de educação brasileira.

---

[2] Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> Acesso em: 16 out. 2017
[3] Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos> Acesso em: 16 out. 2017
[4] BRASIL, LDB. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.
[5] Neste texto são citados diversos exemplos desse tipo de atuação coercitiva do movimento: PENNA, Fernando de Araújo, O ódio aos professores se profissionaliza. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/> Acesso em: 16 out. 2017.

De modo geral, essas políticas se destinam ao condicionamento e regulação do currículo escolar e da formação de professores. Segundo Luiz Carlos de Freitas (2017) a Base Nacional Curricular Comum carrega uma concepção *gerencialista* sobre a educação, uma vez que estabelece um conjunto de normas a fim de produzir uma eficiência das instituições educativas. A partir da intervenção reguladora do Estado, padroniza-se o processo de ensino e aprendizagem, em busca de qualidade e controle. Dadas essas condições, esses projetos educacionais correspondem a uma vasta repressão ideológica com objetivo de manter a dominação, coibindo o livre pensamento, o direito de manifestação, reagindo contra todo e qualquer sentido progressista de transformação social, além de aprisionarem a autonomia do professor e alienar o espaço escolar para a contínua manutenção do modelo de produção capitalista.

Segundo Severino (1986), apesar de ser ainda uma discussão contemporânea, no que tange a ideologia e a realidade educacional, todo esse movimento em que o Estado exerce claramente seus interesses:

> "Através das diretrizes legislativas, que lhe dão instrumentos de intervenção na vida da sociedade brasileira. Implementando assim, sua política educacional, definindo objetivos, estabelecendo normas e aplicando recursos materiais necessários para sua realização, avaliando resultados" (SEVERINO, 1986, p.57)

No contexto histórico da educação brasileira, é possível fazer a análise da significação ideológica que o permeia e como ele é enviesado pelo Estado através dos interesses da classe dominante no âmbito da esfera jurídica, enquanto superestrutura, bem como no âmbito legislativo educacional e de direitos, "cabendo a legislação, no caso da educação, viabilizar a efetivação de comportamentos desejados de acordo com a concepção dominante vigente", (SEVERINO, 1986, p.56), no sentido que a escola se estabelece como um eficaz aparelho ideológico de estado aos interesses burgueses hegemônicos.

Além disso, a escola como aparelho ideológico do Estado, responsável pela inculcação de valores que permitem a reprodução das relações de produção material, diante do proposto sucateamento do ensino, dada a condição social de divisão de classe, essas reformas e limitações curriculares também são responsáveis por ocasionar o crescimento do sistema privado, impulsionado pelo neoliberalismo, em detrimento da educação pública.

Pensando nesse avanço do ensino privado, não se pode deixar de citar a questão da crescente militarização das escolas, que coloca diretamente o aparato repressivo do Estado para gerir a escola e definir a sua organização. Ou seja, para além de uma repressão puramente

ideológica, do ponto de vista da reprodução e da violência simbólica, utiliza-se do aparelho de uso legitimo da violência estatal para dirigir e controlar a prática de ensino.

Não obstante, diante dessa análise das reformas que cerceiam e limitam o trabalho educativo, nas palavras de Saviani e Duarte (2012):

> "Precisamos resistir às políticas educacionais que apontam em direção à descaracterização da escola e do trabalho do professor. Devemos rechaçar veementemente os discursos que secundarizam a transmissão de conhecimentos pela escola, é imprescindível a luta organizada para defendermos o professor, o aluno e a instituição escolar dos ataques provenientes dos gabinetes dos defensores, declarados ou não, da ordem social capitalista". (SAVIANI; DUARTE, 2012, p. 158).

Desse modo, as ações contra-hegemônicas na educação se fazem extremamente importantes e necessárias, à medida em que as relações engendradas proporcionem experiências e a construção de uma consciência que seja contra a indiferença, desnaturalizando as violências de gênero, a miséria e as situações de vulnerabilidade social, a falsa democracia racial, uma vez que a naturalização dessas condições condiz com a perda do processo histórico no qual as constituíram, assim, "quando fazemos falar o silêncio que sustenta a ideologia, produzimos um outro discurso, o contra discurso da ideologia, pois o silêncio ao ser falado, destrói o discurso que o silenciava" (CHAUÍ, 1989, p. 247). Portanto, ao considerar a educação como um processo intersubjetivo, a escola enquanto espaço privilegiado do embate de classes e da luta ideológica, pode, em sua essência, ser uma ferramenta importante para a transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

"We don't need no education, we don't need no thought control
No dark sarcasm in the classroom, teachers leave them kids alone,
Hey! Teacher! Leave them kids alone!
All in all you're just another brick in the wall".
Another Brick in the Wall, Pink Floyd*, 1979.*

Ao pensar que a construção da educação brasileira esteve desde seu início ideologicamente ligada aos "interesses particulares da classe dominante, servindo assim, como força reprodutiva da organização social vigente em cada momento" (SEVERINO, 1986, p.62), é possível concluir que a escola dentro do sistema capitalista assume a função de *aparelho ideológico do Estado*, a maneira em que reproduz as relações materiais e sociais de produção. No entanto, a escola também pode ser considerada um espaço privilegiado da luta ideológica e de classes, que ao reproduzir o modo de produção capitalista também reproduz as contradições presentes na sociedade, assim, ao reproduzir ideologicamente as relações hegemônicas da sociedade capitalista, ela também se faz um espaço para a contestação ideológica da conservação social pela classe trabalhadora. Haja vista que uma transformação radical da sociedade não se realizaria sem o domínio consciente das contradições das condições sociais existentes.

No capitalismo, "a produção de subjetividades é um processo de produção em série [...] despejam-se subjetividades na sociedade na mesma velocidade com que se despejam produtos no mercado" (GALLO, 2009, p.107), nesse sentido, a epígrafe inicial da música "*Another Brick in the Wall*", composta por *Roger Waters*, traz para a finalização desse trabalho um significado muito forte no que tange a teoria crítico-reprodutivista, uma vez que, a música lançada pelo grupo musical em 1979, não deixa de ser uma crítica ao caráter da escola como aparelho ideológico de Estado, apresentada como uma instituição que está diretamente ligada às demandas do capitalismo, da divisão social do trabalho, das relações de exploração e dominação do sistema capitalista, responsável por reproduzir as relações de produção, a normalização social, posta a intencionalidade educacional por meio da massificação ideológica e do autoritarismo, reprimindo as subjetividades para o enquadramento de um mesmo padrão para o mercado de trabalho, fazendo da formação apenas mais um tijolo no muro, sem considerar as subjetividades, configuradas somente para seguir padrões e obedecer às normas.

Não obstante, retomar o referencial althusseriano para a realização desse trabalho, ainda que no campo crítico-reprodutivista, foi importante para destacar a ideologia não só a serviço

da conservação social, mas também, como um dos instrumentos responsáveis para a transformação radical da sociedade. Bem como, a importância de refletir através de seus estudos sobre a falsa neutralidade que a escola adverte, posto que quando um projeto se diz neutro na realidade ele está conivente com a ideologia dominante e o projeto de sociedade capitalista.

A escola como espaço de transformação para além do aparelho ideológico, diante da conjuntura atual de reformas que cercam e limitam o trabalho educativo, necessita investir em ações educativas críticas e contra-hegemônicas e descolonizadoras, à medida que as relações engendradas entre os envolvidos nesse processo, seja capaz de proporcionar experiências que possibilitem, por meio dessas relações, a construção de uma consciência contra as indiferenças, viabilizando a desnaturalização das violências de gênero, da miséria, da falsa democracia racial e, das situações de vulnerabilidade social, uma vez que, a educação é um processo intersubjetivo e a escola, enquanto espaço privilegiado da luta de classes e da ideológica, pode contribuir para a transformação social.

Para isso, se faz essencial a apropriação coletiva das ferramentas intelectuais historicamente constituídas e a formação de novas subjetividades, assim como, novas atitudes não corrompidas pela ideologia dominante, além da importância de reivindicar uma formação crítica, reflexiva e não fragmentada para educadoras e educadores, que fortaleça a organização política e a coletividade da categoria, para que sejam contrários às imposições desses projetos elaborados na perspectiva privatista, que silenciam o *discurso da educação*[6] e tiram o poder de decisão dos sujeitos envolvidos com ela na elaboração organizativa do próprio trabalho educativo, posto que, o não posicionamento diante das condições, sobre as influências dessa conjuntura política atual de crise do capital e o avanço do ideário conservador, evidencia uma cumplicidade ao projeto educacional meramente reprodutor e alienante, conivente também com a educação para a barbárie.

De fato, é fantasioso pensar que a educação escolar, ainda que em sua forma crítica, seria capaz de sozinha provocar uma transformação do sistema capitalista, contudo, isso não deixa de fazê-la um importante instrumento capaz de contribuir através das contradições presentes na sociedade e dentro da instituição escolar, possibilitando a formação de indivíduos esclarecidos que possam promover um processo de transformação radical da sociedade.

[6] Segundo Marilena Chauí, no que se refere ao discurso ideológico, existe uma diferença ocultada em *discurso de,* ao *discurso sobre,* sendo a distinção entre essas duas formas de discurso o que permite distinguir o conhecimento do pensamento. No sentido que "o discurso *sobre,* em geral, oculta seu caráter ideológico chamando a si mesmo de Teoria" (CHAUÍ, 1980, p. 248).

Deste modo, o atual cenário de crise do capital, do avanço conservador e do desmonte das políticas públicas sociais e educacionais, apesar de ser um momento de ameaça, é sobretudo o momento de possibilidades de intervenções. Todavia, essas possibilidades só se farão possíveis se a classe trabalhadora estiver organizada para tanto.

Em suma, para que a escola seja para além do aparelho ideológico um espaço de transformação, é preciso negar toda essa ordem dominante, o modo como tem sido organizado o sistema educacional, o controle da prática docente que impede o questionamento das condições sobrepostas, para a não formação conivente com uma educação que ignore as subjetividades formando *apenas mais um tijolo no muro*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor. *A educação contra a barbárie*. In: Educação e Emancipação. SP: Paz e Terra, 1995.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*: nota sobre os aparelhos ideológicos de estado. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Sobre a Reprodução*. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. *La escuela capitalista*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. *A reprodução*. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Petrópolis: Vozes, 1975.

BRAVERMAN, Herry. *Trabalho e Capital Monopolista*: a degradação do trabalho no século XX. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987

CHAUÍ, MARILENA. *Ideologia e Educação*. In Educação & Sociedade n. 5, 1980.

FREITAS, Luiz Carlos. BNCC: uma base para o gerencialismo-populista. Disponível em:<https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-uma-base-para-o-gerencialismo-populista/ > Acesso em: 17 out. 2017.

GABRIEL, C.T. Docência, demanda e conhecimento escolar: articulações em tempos de crise In *Currículo sem Fronteiras*. 2015.

GALLO, Sílvio. *Pedagogia do risco:* Experiências anarquistas em educação. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Sílvio. *Subjetividade, ideologia e educação*. Campinas: Editora Alínea, 2009.

GRAMSCI. Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1968.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã.* São Paulo: Boitempo, 2007.

PENNA, Fernando de Araújo, O ódio aos professores se profissionaliza. Disponível em: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/2016/11/14/o-odio-aos-professores-se-profissionaliza/> Acesso em: 16 out. 2017.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton (orgs). *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia*. Campinas: Autores Associados, 2007.

_____. *Pedagogia histórico-crítica:* primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 2011.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.